



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS**

MARGARETH CONCEIÇÃO BATISTA

**ARTE SOB MEDIDA:
A PRÁTICA DOCENTE DAS ARTES VISUAIS NA SOCIEDUCAÇÃO**

Brasília, 2019

Margareth Conceição Batista

**ARTE SOB MEDIDA:
A PRÁTICA DOCENTE DAS ARTES VISUAIS NA SOCIEDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Artes Visuais, habilitação em licenciatura, apresentado ao Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Rosana de Castro

Brasília, 2019

Aos meus filhos Sãmara, Marcelle, Brunno e Davi, meus presentes e heranças, como lanças em minha aljava. A Enzo, a Clara e a Giulia, minha posteridade que me faz não querer desistir.

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a quem eu devo tudo que sou, tudo que tenho e tudo que vier a ser, pois a Ele pertence toda a sabedoria e todo o poder.

Agradeço às minhas irmãs por se alegrarem comigo nas minhas conquistas, em especial, a minha irmã Ilma, que sempre tem uma palavra de incentivo e sempre me coloca em suas orações.

Agradeço ao Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro por ter me orientado no início dessa jornada, quando cursei a Disciplina Projeto Interdisciplinar.

Agradeço aos servidores da secretaria do VIS, que sempre nos atendem com atenção e com carinho .

Agradeço às funcionárias da portaria Eli e Maria, que nos acolhe com gentileza .

Agradeço às garotas dos serviços gerais que deixam o VIS sempre limpinho e sempre nos recebe com sorrisos nos rostos.

Agradeço a todos os professores do Departamento de Artes Visuais, pelo comprometimento com o ensino e defesa da arte.

Agradeço a banca examinadora pela disponibilidade de conhecer meu trabalho.

Agradeço a Profa. Dra. Rosana de Castro pela orientação.

Agradeço aos meus pais Eudório Valdivino Batista e Maria Conceição Demétrio, por terem me dado a vida e um nome.

Agradeço a Prof. Sissi , que foi minha tutora quando estagiei na UISM.

Agradeço a Universidade de Brasília por mais uma oportunidade de formação, pois se não houvesse uma universidade pública e gratuita eu não conseguiria chegar a segunda graduação.

RESUMO

A partir de 1990, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), formou-se novo cenário jurídico que possibilita o entendimento de que, adolescentes sob medida socioeducativa necessitam de compreensão dentro das suas próprias complexidades para que possam ser autores de seus processos de ressocialização. Nesse novo contexto legal, o sujeito da socioeducação é um sujeito com direitos, junto aos deveres, e é a partir dessas ideias e referências, que este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se propõe a discutir sobre a prática docente em artes visuais no contexto socioeducativo; e sobre o potencial dessa prática para contribuir, de alguma forma, com os processos de construção e de ressignificação das subjetividades dos adolescentes em questão. Para isso, apresenta-se a experiência de estágio docente em artes visuais realizada durante o curso de licenciatura, em uma unidade de internação, com a participação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de privação liberdade. Essa apresentação é feita sob o ponto de vista da formação do professor, que é mediada tanto por referenciais estéticos, quanto por sua própria historicidade.

Palavras-chave: prática docente, artes visuais, adolescentes, socioeducação, subjetividade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CAMINHOS DA SOCIOEDUCAÇÃO: BREVE HISTÓRICO.....	12
1.1.As medidas socioeducativas.....	14
1.1.2 internação em estabelecimento educacional com privação de liberdade.....	16
2. SUBJETIVIDADE E A PRÁTICA DOCENTE EM ARTES VISUAIS	17
2.1. Artes Visuais na socioeducação: pela estética e pelos afetos.....	19
3. EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM ARTES VISUAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO.....	25
3.1. A Arte como elo de aproximação docente/socioeducando.....	25
3.2. Experiência de estágio.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

LISTA DE ABREVIATURA

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CED - Centro Educacional

CF- Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM - Fundação Estadual do Bem -estar do Menor

FUNABEM - Fundação do Bem -estar do menor

NUEN - Núcleo de Ensino

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

UISM - Unidade de Internação de Santa Maria

LISTA DE FIGURA

Figura 1.Marcelo Café/ apresentação.....	35
Figura 2. Banda dos fuzileiros Navais.....	35
Figura 3. Montagem da exposição.....	39
Figura 4. Montagem da exposição.....	40
Figura 5. Montagem da exposição.....	41
Figura 6. Produção dos adolescentes.....	42
Figura 7.Releitura Girassóis /Produção dos adolescentes.....	43
Figura 8. Foto da Tutora e estagiária.....	44
Figura 9. Produção dos adolescentes / Técnica mista.....	45
Figura 10.Produção dos adolescentes /Abstrato.....	46
Figura 11.Produção dos adolescentes	47

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo apresentar e analisar a prática docente em artes visuais em uma unidade internação do sistema socioeducativo do Distrito Federal. O objeto do TCC foi definido com base no meu processo de formação em Artes visuais e na minha experiência profissional como auxiliar socioeducativa desde 1994. A pesquisa justifica-se pela necessidade de sistematizar e compartilhar a experiência docente em artes visuais no sistema socioeducativo.

Nestes termos, o TCC está organizado da seguinte maneira: no capítulo 1, há breve histórico do sistema de institucionalização de crianças e de adolescentes em situação de vulnerabilidade no Brasil, incluindo os marcos legais que regem o sistema socioeducativo a partir de 1990, quando foi publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente. No Capítulo 2, apresentam-se os referenciais teórico-conceitual e as produções acadêmico-científicas que tratam: (a) das práticas docentes em artes visuais em sistemas socioeducativos - Costa (2006) e Paes (2008,1999); (b) das pedagogias críticas - Freire (1982,1996) e Libâneo (1994), (c) das questões da subjetividade: - Vigotski (1984). Recorremos, ainda, à Castro (2017) sobre a formação de professores de artes visuais e às produções acadêmico-científicas organizadas por Bisinoto (2018) sobre a socioeducação. Tais referências foram fundamentais para eu entender a prática docente em artes visuais no sistema socioeducativo e perceber como as minhas práticas docentes podem impactar, de algum modo, os sujeitos adolescentes que cumprem medida de privação de liberdade.

Continuando a organização do TCC, segue o Capítulo 3, no qual é apresentada a experiência de estágio na escola existente na Unidade de Internação situada na Região administrativa de Santa Maria -DF. Compartilho imagens de exposição realizada na UISM. Nas considerações finais, exponho minha impressão sobre a experiência de estágio docente em artes visuais, sem, contudo, chegar à conclusão definitiva, pois, assim como o sujeito, as pesquisas educacionais estão sempre em constantes transformações, pois são intrínsecas à formação do sujeito e à formação da sociedade. Para o fechamento deste

Trabalho de Conclusão de Curso listo as referências bibliográficas que foram pesquisadas.

1 CAMINHOS DA SOCIOEDUCAÇÃO: BREVE HISTÓRICO

Segundo Paes (1999), a modernidade inaugurou a exclusão infanto-juvenil desde o Renascimento. Tal exclusão desenvolveu-se historicamente, consolidando-se ao longo dos tempos, entre outros fatores, pela naturalização do acesso dos filhos dos membros da burguesia ao conhecimento que era negado aos filhos dos membros das classes menos favorecidas vivendo à margem da sociedade que, já no século XX, se desenvolvia em uma rapidez sem precedentes devido os adventos da revolução industrial.

Rizzini (2004) afirma que a categoria de menor abandonado foi definida tanto pela ausência dos pais, quanto pela falta de recursos por parte dos responsáveis para subsidiar a criação dos seus filhos. O surgimento de tal categoria gerou a reivindicação pela presença do Estado para a implementação de políticas de assistência, resultando na criação do Juizado de Menores e do Código de Menores em 1927, que perduraram até a década de 1980. O Juizado de Menores exercia grande poder sobre a população infanto-juvenil, e o modelo de internação de menores abandonados, bem como o de menores delinquentes, ganhou o apoio populacional. Entretanto, segundo Rizzini (2004), o juizado consolidou o modelo de classificação e de intervenção nessa população, herdado da ação policial.

De acordo com Paes (1999), na década de 1920, foram criados vários instrumentos que especificaram a infância e incorporaram a ideia menorista à legislação da época. Por outro lado, segundo o autor, a história das leis do Brasil indica que o termo 'menor' aparece no Código Criminal do Império, datado de 1830. Santos (2013) explica que esse código definia "as penas aplicáveis no caso de cometimento de crimes por menores de idade" (p.47). A definição de 'menor', de uso corrente ainda nos dias atuais, está associada à delinquência. A palavra "menor" carrega uma forte carga semântica que conduz à discriminação social, ao hierarquizar pessoas de uma mesma faixa etária em função de suas origens socioeconômicas. (BISINOTO, 2017, p.149).

Na perspectiva de Volpi (1997), " as medidas socioeducativas não podem ocorrer de forma dissociada do contexto social, político e econômico no qual está envolvido o adolescente" (p.68), tal perspectiva vai de encontro ao sistema

menorista que, historicamente, aparece marcado por objetivos repressivos e patologizantes. Tal sistema agravava o estado de violência instalado nos adolescentes, porque, comumente, não parecia considerar as questões socioeconômicas dos sujeitos, e nem considerar a responsabilidade do Estado em acolher as necessidades deles.

No governo de Vargas, anos 30, foi criado o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), com a mesma estrutura do Juizado de Menores, contudo, sem êxito algum no que diz respeito ao amparo às crianças e aos adolescentes, muito pelo contrário, as instituições que acolhiam menores em situação de vulnerabilidade foram acusadas de serem escolas de criminosos (RIZZINI,2004). Em 1964, no início do governo militar, foi criada a FUNABEM, que, posteriormente, passou ser denominada FEBEM, sendo transferida a administração dessas unidades para os governos estaduais.

O que se observa no contexto da criação e da realização das atividades dessas instituições, é que, dificilmente, elas conseguiram desenvolver projetos de educação que contemplassem tanto as necessidades materiais, quanto as necessidade afetivas, morais e legais das crianças e dos adolescentes. O resultado dessa dificuldade é que essas instituições, as quais deveriam ser de assistência ao menor, ficaram estigmatizadas pelas violências exercidas contra os internos, surgindo a motivação para a reformulação dos conceitos relativos à criança e ao adolescente no que diz respeito a sua proteção, aos seus direitos e aos seus deveres.

Com a Constituição Federal (BRASIL,1988), a definição jurídica para a criança e para o adolescente, abriu caminho para que novas abordagens, relativas à proteção e à responsabilização desses sujeitos, pudessem ser estabelecidas. O ECA (BRASIL,1990), normatizou as determinações constitucionais com relação aos direitos e deveres desses sujeitos. Nesse sentido, os dispositivos que regulam os direitos das crianças e dos adolescentes, atualmente, estão consolidados em documentos que respaldam a responsabilidade do Estado sobre aqueles menores que em algum momento infringiram a lei, estes documentos também norteiam as ações socioeducativas.

O artigo 227 da CF destaca que, “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade,

o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (BRASIL,2018) e o artigo 228 afirma que , “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (BRASIL,1988). Esses artigos constitucionais norteiam as demais leis que compõem o sistema de proteção que se consolidaram com a extinção da Doutrina da Situação Irregular.

Frente ao exposto, ressaltam-se os alguns outros fundamentos jurídicos, que direcionam as ações socioeducativas e identificam o paradigma da Proteção integral ¹, que se encontram: (a) na CF (1988), (b) no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990) e (c) nas normas internacionais. Entre as normas internacionais, destaca-se: Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil – Regras de Beijing (1985), Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990) e os Princípios Orientadores das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil – RIADE (1990). Vale dizer que, essas normas internacionais encontraram espaço no ordenamento jurídico brasileiro, após o processo de redemocratização do país ocorrido no final dos anos 80 e com a promulgação da CF (1988).

1.1 - AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Diante do paradigma da proteção integral, o ECA (BRASIL, 1990), dispõe, no art.112, sobre as medidas socioeducativas que serão aplicadas pela autoridade judiciária (Juiz da Vara da Infância e Juventude), quando verificada a prática de ato infracional por adolescente: (a) advertência, (b) obrigação de reparar o dano, (c) prestação de serviços à comunidade, (d) liberdade assistida, (e) inserção em regime de semiliberdade; e, (f) internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990). O CONANDA foi previsto pelo ECA e, atualmente, funciona como o principal órgão do sistema de garantia de direitos da criança e

A Doutrina da Proteção Integral, base do ECA, consiste em garantir os direitos da criança e do adolescente referentes a sobrevivência, desenvolvimento pessoal e social, integridade física, ¹ psicológica e moral. Garante à criança e ao adolescente a condição de sujeitos de direitos e, ainda, de direitos especiais.

do adolescente, em estrutura de gestão compartilhada entre o governo e a sociedade civil, que, em conjunto, definem as diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes a serem realizadas (BRASIL, 2006).

Segundo as diretrizes do CONANDA, “as medidas socioeducativas possuem em sua concepção básica uma natureza sancionatória, vez que responsabilizam judicialmente os adolescentes estabelecendo restrições legais e, sobretudo, uma natureza sócio pedagógica, haja vista que sua execução está condicionada à garantia de direitos e ao desenvolvimento de ações educativas que visem à formação da cidadania” (BRASIL, 2006).

Nestes termos, observa-se que apesar de parecer haver contradição quando se aplica a medida socioeducativa, responsabilizando o adolescente pelo ato infracional, está prevista, ao mesmo tempo, uma rede de proteção de direitos. Portanto, medidas socioeducativas tem, além da natureza sancionatória e jurídica, função pedagógica com o objetivo de evitar que o adolescente sancionado volte a praticar os atos infracionais.

Em suma, a internação de adolescentes está em consonância com a lei e, segundo o ECA (1990), a internação é uma medida que se orienta pelos princípios da brevidade e da excepcionalidade, e deve ser aplicada em resposta aos atos infracionais praticados com grave ameaça ou com violência à pessoa; se houver reiteração de infrações graves, e, ainda, pelo descumprimento de uma das outras medida socioeducativas, anteriormente aplicadas.

Para regular a execução das medidas socioeducativas com o intuito de normatizar os preceitos do Estatuto do Atendimento Socioeducativo foi publicada pelo CONANDA, a Resolução nº 119/2006 que criou SINASE (BRASIL, 2006). Segundo o SINASE, as medidas socioeducativas têm desenho sistêmico e a sua execução abrange articulações com outras esferas públicas, tais como: educação, saúde, justiça, segurança pública e assistência social.

A implantação do SINASE (BRASIL, 2006) revela a disposição jurídica de cercar o cumprimento das medidas socioeducativas de cuidados legais que coadunam com as perspectivas contemporâneas de compreender o adolescente e a criança em sua formação integral, considerando-os, também, em suas

individualidades e em suas potencialidades para serem protagonista em seus processos de ressocialização.

Entre as medidas socioeducativas, interessa às discussões e às análises deste TCC: (a) a internação em estabelecimento educacional com a privação de liberdade.

1.1.2 Internação em estabelecimento educacional com privação de liberdade

A internação em estabelecimento educacional está prevista nos arts. 121 a 125 do ECA (BRASIL, 1990). Essa é medida socioeducativa privativa de liberdade e adotada pela autoridade judiciária quando o ato infracional praticado pelo adolescente se enquadrar nas situações previstas no art. 122, incisos I, II e III do ECA (BRASIL, 1990)

Ao ser submetido a esta medida socioeducativa, o adolescente perde o direito à liberdade e a medida deve ser cumprida em estabelecimento educacional, sendo que o Estado deve garantir ao menor o direito à saúde, à educação, ao esporte, à cultura, ao lazer e à assistência social, junto a isso, o acesso à formação profissional. Essa medida é a mais severa que pode ser aplicada ao adolescente, e é de caráter restrito ou provisório.

Na internação de caráter provisório, o adolescente pode ficar internado por até quarenta e cinco dias para que sejam feitas todas as diligências e as instruções no processo, até a decisão do juiz. O adolescente em internação provisória pode receber a visita dos seus representantes legais, deve frequentar a escola e participar das atividades da unidade.

Na internação de caráter permanente, o adolescente pode ficar internado pelo prazo de até três anos. Os adolescentes que estão cumprindo medida de internação devem, obrigatoriamente, frequentar a escola e participar das atividades desenvolvidas na unidade a qual está vinculado. Durante esse período ele será avaliado, a cada seis meses, por uma equipe de especialistas da unidade prisional, e poderá receber o benefício de saídas mensais, progredindo para saídas quinzenais, que poderão ser concedidas pelo juiz com base nas avaliações dos relatórios fornecidos pela equipe multidisciplinar. As medidas socioeducativas

têm como objetivo a educação, para que o adolescente possa retornar ao convívio social. Diante desses fatos, as práticas pedagógicas no sistema socioeducativo voltam-se, entre outros objetivos, para auxiliar o adolescente para esse retorno. Para tanto, é necessário a compreensão da formação histórico-cultural do sujeito do processo socioeducativo.

2 SUBJETIVIDADE E A PRÁTICA DOCENTE EM ARTES VISUAIS

Segundo Freire (1982) : “[...] a primeira condição para que um ser humano possa assumir um ato comprometido, está em ser capaz de agir e refletir. É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele” (p.16). Mas para saber-se no mundo, presumimos que, como ser humano, o sujeito se desenvolveu através das suas relações sociais que foram construídas desde o seu nascimento.

A subjetividade é constituída e constantemente ressignificada nas e pelas mediações sociais, presentes ao longo da vida do homem, por meio do processo de internalização e externalização. Segundo Bakhtin (1985) “[...] tudo que me diz respeito, a começar pelo meu nome, e que penetra na minha consciência, vem-me do mundo exterior, da boca dos outros (da mãe etc.), e me é dado com a entonação, com o tom emotivo dos valores deles. Tomo consciência de mim, originalmente, através dos outros” (p.360).

Nestes termos, podemos dizer que estar no mundo é tomar a consciência de si. E, essa consciência, se desenvolve na infância, de forma cultural e comportamental; segundo Vigotski (1984), nas relações com o outro e com o meio. De acordo com esse autor, na infância, somos tomados por vivências culturais e afetivas que reverberam em nosso estar no mundo no futuro.

Ora, se os nossos comportamentos e a nossa base cultural são construídos desde a nossa infância, chegamos à conclusão que, esse período primário deve ser rodeado de estímulos positivo, afetos, condições econômicas e sociais que poderão favorecer, na adolescência, o desenvolvimento psicológico que ainda está sendo constituído, encaminhando-se para a fundamentação da subjetividade particular. Nesse período, as memórias infantis poderão ser estimuladas pelas atividades escolares, de maneira que interfiram de forma positiva nessa fundamentação.

No entanto, esse TCC trata de adolescentes que se envolveram com algum tipo de ato infracional e estão cumprindo medidas socioeducativas, nesse sentido, não se pode ignorar as dificuldades da infância que, possivelmente, desdobram-se sobre o comportamento infracional. Aspecto que deve nos levar a refletir sobre as bases da formação subjetiva desses adolescentes infratores, questionando-nos sobre: quais eram as suas condições econômicas e sociais, quais as relações

afetivas estabelecidas e em que bases históricas e culturais esses sujeitos puderam sedimentar tais bases?

Amorim (2010), explica a adolescência como fenômeno social e psicológico. Da perspectiva dessa autora, essa fase da vida do ser humano está permeada de peculiaridades, portanto, a adolescência não pode ser vista sob um único ponto de vista, pois embora os fenômenos biológicos da puberdade sejam praticamente universais, o adolescente não pode ser compreendido isoladamente, mas em toda a sua complexidade, como ser histórico-social² situado em determinado contexto.

O conceito de adolescência pode ser abordado a partir de diferentes dimensões, havendo importantes diferenças na maneira de compreendê-la a depender do ponto de vista em que é estudada. Sob um ponto de vista cronológico, a faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos, segundo os parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os parâmetros etários, embora insuficientes para se compreender a adolescência, são importantes para subsidiar várias ações sociais e decisões legais em favor dos direitos dos adolescentes. (BISINOTO, 2014. pag. 121)

Sob o ponto de vista de Paes (2008), a violência que os adolescentes em conflito com a lei expressam, é fruto de construção histórica, e não pode ser vista apenas como algo inato, como fator biológico. As consequências desse tipo de argumentação, segundo o autor é a criminalização de sujeitos que estão à margem da sociedade.

Para SANT'ANA (2005), a adolescência é a segunda grande chance de se oferecer aos sujeitos, as condições para a estruturação da personalidade que, dependendo da sua condição de vida, pode ser construída ou destruída de vez. Por exemplo, os adolescentes que chegam ao sistema socioeducativo, em sua grande parte, já passaram por inúmeras violações sociais. O sistema socioeducativo é o último estágio antes de eles chegarem à fase adulta. Ao necessitarem lançar mão do SINASE(BRASIL, 2012), todos em volta do adolescente que cometeu algum ato infracional, falharam: A família, o Estado e a sociedade.

Paes (1999) afirma que, a consciência do adolescente envolvido em atos infracionais se desenvolve em atividades ligadas ao processo de exclusão, processo contínuo de marginalização que culmina com a perda da liberdade. E, é nesse contexto, onde se pretende auxiliar adolescente a ressignificarem as suas experiências sociais e lançá-los à frente, porque se acredita no processo de socioeducação como, antes de tudo, um processo educativo que deve ser permeado pela reflexão-ação, fatores que podem ser importantes na atuação do professor de artes visuais.

2.1 ARTES VISUAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO: PELA ESTÉTICA E PELOS AFETOS

Sob a perspectiva de Libâneo (1994) “a Pedagogia é um campo do conhecimento que investiga a natureza e as finalidades da educação numa determinada sociedade, bem como os meios apropriados para a formação dos indivíduos, tendo em vista prepará-los para as tarefas sociais” (p.24). Ao retomarmos a citação de Libâneo observamos a assertiva “prepará-los para as tarefas sociais”, e ressaltamos a relevância de preparar os sujeitos, imersos nos processos educacionais, para a vida social.

Porém, no âmbito deste TCC, estamos tratando da prática pedagógica que se dará em meio ao sistema socioeducativo, endereçada aos sujeitos que se encontram privados, de alguma forma, dos seus direitos de liberdade e excluídos temporariamente da vida social. Por conseguinte, é necessário lidarmos com as frustrações experimentadas na relação desses sujeitos com os meios sociais daqueles que os rejeitaram. A escola, que tem função social, pode auxiliar os socioeducandos no desenvolvimento de aprendizagens que estimulam novas formas do adolescente estar consigo, com o outro e com a sociedade.

Desta forma, a quem cabe o dever da socioeducação, o enfoque deve ser na “emancipação e a construção da autonomia, que coloca o sujeito em desenvolvimento, que deve ter suas potencialidades exploradas e fortalecidas” (COSTA, 2001,p.40), a fim de reconciliá-lo com a sociedade e consigo mesmo. Segundo Amorim (2010):

Ações visando à reinserção social do adolescente em conflito com a lei só serão de fato efetivas se envolverem o adolescente no processo socioeducativo. Ser parte do processo, de forma ativa e participativa é fundamental para a reconfiguração da história do adolescente (p.66).

Ao entrar nas instituições socioeducativas, os adolescentes internalizam as regras institucionais, tais como: andar com a mão para trás, abaixar a cabeça, adotar o mesmo corte de cabelo, usar a mesma cor de uniforme. Eles tendem a internalizar as normas do sistema que, de alguma forma, concorrem para institucionalizar os padrões de comportamentos uniformes anulando a individualidade de cada um.

Sob o ponto de vista de que as características dos indivíduos, segundo Touraine (2006), estão na ordem da sujeição às normas e das adaptações aos sistemas, quando nos deparamos com os adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas, percebemos que eles não se moldam conforme as normas sociais vigentes, por conseguinte, são lançados para serem moldados em instituições socioeducativas.

O desafio é possibilitar também, a estes adolescentes, experiências concretas para que se reconheçam como sujeitos do seu processo de socialização externa ao sistema, que permitam que eles não se alienem pela unicidade da obediência às regras do sistema de privação social, ao ponto de permanecerem na mesma situação, sem possibilidade de contato com o contexto social autônomo e livre. Segundo Fromm (1974),

entendemos por alienação um modo de experiência em que a pessoa se sente como um estranho. Poder-se-ia dizer que a pessoa se alienou a si mesma. Não se sente como centro de seu mundo, como criadora de seus próprios atos, tendo os seus atos e as consequências destes transformados em seus senhores, aos quais obedece e aos quais até adora. A pessoa alienada não tem contato consigo mesma e também não o tem com nenhuma outra pessoa. Percebe a si e os demais como são percebidas as coisas: com os sentidos e com o senso comum, mas, ao mesmo tempo, sem relacionar-se produtivamente consigo mesma e com o mundo exterior (p.125).

Frente a isso, busca-se a prática docente em artes visuais que ensine para e por afetos e que possa levar os adolescentes a produzirem caminhos que

reverberem além das hierarquias e dos disciplinamentos; que reverberem em um sujeito que entenda a possibilidade de conquistar a autonomia. Se na infância houve a ausência do outro que o conduziria a “estar no mundo”, reivindica-se a prática docente focada nas artes visuais que não esteja baseada unicamente em discursos institucionalizadores. Neste sentido, é relevante pensar sobre a concepção de práticas docentes pelas quais o adolescente seja favorecido na construção do seu próprio discurso, para que ele tenha um novo encontro com a própria vida e se reconcilie com a sociedade.

Costa (2006) afirma que os socioeducadores, não podem enxergar os socioeducandos como um problema, eles devem concebê-los por visão emancipadora, pensar em suas potencialidades, ressaltar aspectos positivos das suas subjetividades. A visão emancipadora favorece as reflexões sobre a construção do autoconceito positivo, autoestima e autoconfiança. Nas palavras do autor, os aspectos positivos (...) promovem (...) a emancipação do adolescente” (p.28-29). Desde essa ideia, o adolescente sai do seu lugar de “dominado” “para apropriar-se da cultura existente, refletir sobre ela, reelaborá-la, analisando-a, criticamente para que possa servir de instrumento de transformação”(BISINOTO,2014,p. 51,).

Costa (2001) assegura que, para uma ação socioeducativa ter eficácia, é necessário que a prática docente seja permeada pela presença. E que, essa presença, não é somente a presença do corpo, mas da sensibilidade para ver o outro em todas as suas necessidades e ter disponibilidade na ação socioeducativa. Ainda, segundo o autor, a falta de disponibilidade de estar junto ao socioeducando, se constituirá apenas na obrigação do dever funcional que, muitas vezes poderá levar o docente as frustrações que o farão olhar para o adolescente como obstáculo necessário à sua sobrevivência profissional. De acordo com Costa (2001),

pela proximidade o educador se acerca ao máximo do educando, procurando identificar-se com a sua problemática de forma calorosa, empática e significativa, buscando uma relação realmente de qualidade. Pelo distanciamento, o educador se afasta no plano da crítica, buscando, a partir do ponto de vista da totalidade do processo, perceber o modo como seus atos se encadeiam na concatenação dos acontecimentos que configuram o desenrolar da ação educativa (pg.4).

O processo de socioeducação dialético vai ao encontro da necessidade do docente de artes visuais de também reconhecer-se no mundo, e de refletir sobre suas ações. Segundo Paes (2008), o docente deve identificar-se com o objetivo de seu trabalho a fim de não se alienar, e alienado, ser ele próprio o sujeito que institucionaliza e ao mesmo tempo ser institucionalizado, sem se dar conta que também perde sua autonomia e sua subjetividade.

Portanto, deve-se reconhecer que a presença do docente precisa ir além de manter o ordenamento e seguir as regras e os procedimentos de segurança, mas “estar presente” com ações que Costa (2006) chama “de pequenos nada”, como uma atividade planejada, uma palavra de encorajamento, um “bom dia” (p.9). E assim, o docente trabalha construindo a relação de reciprocidade com o adolescente e estes se reconhecem em uma relação autônoma. Ele pode ser o responsável principal a proporcionar, aos socioeducandos, acesso ao conhecimento que poderá ser a ponte para sua nova vida. O conhecimento a ser transmitido deve ser pautado na vida ética, no envolvimento social, autoridade e na imposição de limites.

O sistema socioeducativo precisa trazer a ideia de reconstrução, pois é nesse contexto que o adolescente precisa construir nova base para criar e recriar conceitos e valores na expectativa de um novo projeto de vida, um regresso ao caminho desviado para o sistema da socioeducação.

Desse modo, o olhar do licenciado em Artes Visuais deve ser voltado para a prática pedagógica em que decorre do pressuposto básico: O desenvolvimento humano deve se dar de forma integral, contemplando todas as dimensões do ser. Se o sujeito do processo socioeducativo for capaz de ser protagonista de seu processo de ressocialização, será capaz de transformar e direcionar suas relações sociais através de uma consciência livre e criativa, podendo, desta forma, fazer com que sua atuação seja a sua forma de estar no mundo. Segundo Costa (2006), voltar-se a si mesmo é lutar contra o sistema que massifica; não por meio de rebeliões violentas, mas com capacidade de conquistar autonomia cognitiva, criativa política e cultural.

Freire (1996) afirma que o ato de ensinar exige correr riscos. Possivelmente, o autor não se refere ao risco de ser atingido, de alguma maneira,

por violência física ou psíquica, mas ao risco de se lançar em prática docente que reconheça o outro sem preconceitos, sem lhes lançar um fardo maior do que aquele que ele já carrega. Compreendemos que o autor remete a correr o risco de errar, de inventar coisas novas para tocar o adolescente e ser tocado por ele; correr o risco de tocar o sujeito com sua maneira de agir, tornar a troca de saberes significativa para ambos, e também estar aberto ao inesperado. Rodrigo (2018) afirma que para socioeducar não basta apenas uma formação acadêmica, exige vencer desafios, sendo um mediador do pensamento crítico do educando.

É possível que não tenha como criar uma metodologia específica na área das artes visuais que abarque todas as especificidades do sistema socioeducativo, quando se trata da atuação docente, porque cada momento é diferente, pois é cercada pelas incertezas do dia a dia, porque mesmo sabendo de todas as regras de segurança, de procedimentos que irão ocorrer, há sempre uma novidade, e o docente deve estar preparado para essas incertezas. A busca possibilidades múltiplas na abordagem com os adolescentes do processo de socioeducação, tende a levar os docentes de artes visuais a refletirem sobre seu papel, que pode ser modificador da realidade.

Conquanto estabeleçamos uma relação de simetria com os socioeducandos, esta relação permite que o docente em artes visuais exerça não apenas uma função profissional, mas o coloca em um papel de mediador, sem, contudo, ter sua autoridade destituída. Tal assertiva vai ao encontro das Diretrizes Pedagógicas Escolarização na Socioeducação (BRASÍLIA, 2014) que afirmam:

Ao fazer a mediação do aluno com o conhecimento, o docente cria espaços de interlocução, tornando possível a aprendizagem em outra perspectiva: de troca mútua de experiências. Cada um com sua história, conhecimentos e saberes diversificados, promovendo a autonomia de professores e alunos reconhecidos como sujeitos de suas aprendizagens, conferindo-lhes o lugar de “autoridade” de suas próprias experiências, em uma relação dialógica e dialética” (pg.55).

A prática docente em artes visuais, desta forma, deve ser dialética, e deve levar em consideração o afeto, as relações sociais e a construção de processos cognitivos que sejam válidos para os sujeitos da socioeducação, e leva em conta as diferenças e os vários saberes que precisam ser considerados para chegar ao seu fim, que é o de ressocialização .

Sobre este paradigma, de uma ação dialética, Costa (2006) nos propõe “uma abordagem interdimensional, que envolve o adolescente em sua plenitude, suplantando a abordagem disciplinar ou interdisciplinar” (p.27). Desta forma, a práxis docente em visuais no sistema socioeducativo, que é o objeto desta pesquisa, tem métodos singulares e processo reflexivo, construtivo e social, que visam objetivos transformadores das circunstâncias que limitaram a integração social dos sujeitos.

Posto isso, direciona-se a prática docente de artes visuais para os espaços escolares dentro do sistema socioeducativo, com objetivo de problematização do objeto da arte. Arte é forma de comunicação e criação e pode sensibilizar o sujeito, cumprindo o papel de fortalecimento da individualidade e identidade, caracterizando cada sujeito como autor de sua construção histórica .

3. EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM ARTES VISUAIS NA SOCIOEDUCAÇÃO

3.1 A arte como elo de aproximação docente /socioeducando

Grandes desafios são tecidos frente à ação docente em artes visuais que se desenrola em espaços educacionais formais com contexto socioeducativo, que exhibe certas peculiaridades e certas necessidades, que concorrem para diferenciá-lo dos ambientes educacionais formais.

Sob essa perspectiva, novas formas de intervenção na formação dos indivíduos se manifestam, pois procuram dar conta das novas ambientações que se apresentam na contemporaneidade. Neste contexto, o docente pode ser exigido a planejar suas práticas de ensino de artes visuais para o contexto dos sujeitos da socioeducação ampliando, desta forma, o papel das artes visuais que deve ir além de reconhecimento de imagens e narrativas históricas da arte, para abranger o reconhecimento do seu alcance político e cultural, verificando a importância das artes visuais em diversos locais de atuação, que pode ir além do que é demandado pela lei. “Nesse contexto, o ensino da Arte, ao levantar possibilidades de entendimento estético vinculadas à compreensão histórico-cultural, permite a relação do estudante com o meio social de forma reflexiva e crítica”(Distrito Federal, 2018).

A formação do adolescente necessita ser integral, deve ser assegurado a ele o acesso aos bens materiais e culturais para que o processo de emancipação possa ser pleno. O processo de socioeducação requer uma abordagem multidimensional do ser humano e as artes visuais buscam, no sistema socioeducativo, uma forma de sensibilizar os adolescentes para que suas capacidades e qualidades se desdobrem em potencialidades para assimilar novos saberes, que contribuam com a formação de grau de autonomia que favoreça a emancipação. Identificada como uma área de conhecimento,

a Arte é capaz de promover diálogos que extrapolam as linguagens oral e escrita, além de contribuir para a formação integral do indivíduo por meio da dialética existente entre a subjetividade e o repertório cultural, seja individual ou social “.(Distrito Federal,2018, p. 66)

Vigotski afirma que, a ampliação de experiência dos educandos pode proporcionar-lhes uma base sólida para a atividade criadora (1998, p.18). Em consonância com o pensamento de Vigotski, entende-se que o campo da arte sempre possibilita novas experiências, e essas experiências nunca serão completas, porque, assim como o sujeito, ela está sempre se adaptando aos contextos sociais e políticos da sociedade. Portanto, se estabelece um processo dialético no ensino das artes que sempre será confrontando com contexto em que os educandos se apresentam.

Neste sentido, com o educador e educando adaptando-se às necessidades um do outro, abre-se a possibilidade dos encontros inesperados com o fazer artístico e, nesta troca de aprendizagem há a possibilidade para proporem-se criações afetivas endereçadas para gestualidade, para os sujeitos refazerem seus percursos e reconhecerem-se como protagonistas do processo de ressocialização. E, desta forma, há uma junção dos desejos que são possibilitados pela mediação estética. Segundo Paes (1999):

toda a alfabetização estética é fundamental como estímulo ao desenvolvimento do processo de construção de consciência, não apenas de quem participa dela, mas de todo o público que entra em contato com a produção artística dos adolescentes, pois tomam consciência de uma realidade negada e escondida socialmente (p.116).

Sabendo que os adolescentes que estão no sistema socioeducativo, em sua grande maioria, tiveram suas trajetórias de vida marcadas por processos de exclusão e que, não tiveram uma mediação simbólica norteada por afetos e cuidados, mas mediadas por situações de exclusão social e econômica, Paes (1999) afirma que os signos internalizados pelos adolescentes dos sistemas socioeducativos são de medo, de dor e da violência (pg.116) .

Portanto, outros signos precisam ser assimilados, para que os adolescentes que estão em conflito com a lei reinterpretem a sua posição social e reconciliem-se com o seu contexto sociocultural, novos signos que, diferentes dos que anteriormente desconstruíram os sujeitos, e os colocou sob medida socioeducativa de privação de liberdade, tornando-os apenas espectadores dos seus processos cognitivos. A educação em artes visuais poderá contribuir para a formação de atitudes que construam valores sociais com respeito às diferenças, e revelando mundos particulares que cada sujeito pode criar, além de poder ajudá-los a ressignificar as memórias e as narrativas, contribuindo para que se tornem protagonistas dos seus processos de ressocialização.

Para Lanier (2005), as experiências estéticas visuais não incluem somente as idas aos museus e a contemplação das pinturas com molduras douradas e esculturas de mármore em pedestal, mas também o artesanato, a arte popular. Talvez, mais ainda, a contemporaneidade pede uma experiência estética ligada ao contexto histórico e cultural dos indivíduos. As experiências estéticas

singulares poderão ajudar os sujeitos a se apropriarem das representações simbólicas dos objetos e dos fenômenos com os quais ele interagiu (BISONOTO et. al, 2015, p.32). Essas interações vão, segundo Paes (1999), ajudando o adolescente a criar uma identidade consciente e assim estes sujeitos comunicam, nessas pequenas ações, os seus pensamento e as suas ideias para as outras pessoas e trocam experiências com outros, apreciam o fazer do outro, tornando o processo de aprendizagem em artes um constante: aprender a ser; aprender a conviver; aprender a fazer; e aprender a conhecer.

Paes (1999) afirma que, o “objetivo da educação será o de encorajar o desenvolvimento daquilo que é individual em cada ser humano” (p.85). A ação socioeducativa deve ter como premissa o reconhecimento do discurso individual, a mediação do docente, desta forma, não é evento com intenção heterônoma, mas com possibilidade de vivências que se desdobram em afetos e autonomia.

O processo criativo evidencia a poética que é expressa da maneira que foi assimilada durante o processo de construção de sua consciência, e expande a capacidade do adolescente de atuar em grupo, de ensinar e de aprender com os outros, de ser capaz de motivar e manter-se motivado, enfim, capaz de torná-lo polivalente e flexível (COSTA, 1999). O professor de artes é mediador desse processo de ensino, através de planejamento pedagógico que vise formação em que, o socioeducando seja protagonista e possa criar símbolos que poderão contribuir na construção do conhecimento que vai se acumulando historicamente.

Elia (2011) afirma que “toda a produção no campo do sentido é da ordem do simbólico, seja falada ou não. Um gesto, uma expressão o rosto, do corpo, uma dança um desenho, tanto quanto uma narrativa oral, serão produções simbólicas, regidas pelo significante (...). (p.21). A introdução de uma produção simbólica que possa fazer frente às necessidades socioeducativas dos adolescentes poderá emanar novos comportamentos que dialoguem com a perspectiva educativa em artes visuais que observa o sujeito em suas múltiplas dimensões e afetá-lo por um elo significativo entre a prática artística e uma nova posição no mundo.

Motta (2015) explica que “a produção de uma nova situação é um estar com o mundo, que permite o fazer do homem e o fazer-se homem. E o fazer do homem como fazer-se humano é um fazer social e histórico, inclusive” (pag. 18). Deprede-

se que, os adolescentes ao se envolverem nas práticas artísticas de artes visuais, ainda que simples, transformam o seu ambiente e, ao mesmo tempo, sofrem as transformações, sendo que, neste caso, a mediação do professor de artes visuais se torna imprescindível, para que a tomada de consciência do adolescente no sistema socioeducativo ocorra de maneira equilibrada, com a possibilidade de comunicarem-se através de sua própria produção artística. Manhães (2018) destaca que as atividades lúdicas de criação imaginária facilitam a constituição de mediações estéticas no âmbito das relações entre sujeitos e desses com o contexto.

Diante do grande desafio que é a socioeducação, a prática docente de artes visuais, dentro do sistema, deve mobilizar os desejos dos adolescentes com ações relacionais que os motivem a querer estar juntos, trazendo o convite a novos olhares de aprendizagens. Assim, as artes visuais no sistema socioeducativo devem ser pensadas como possibilidade de construção de subjetividades, de maneira que os socioeducandos se apropriem de conceitos sobre a arte para se perceberem protagonistas de seus processos de ressocialização.

As orientações das Diretrizes para Escolarização na Socioeducação preconiza que o docente, que exerce sua função na Unidade de Internação “deve ter clareza de seu papel no atendimento socioeducativo ao adolescente.” (DISTRITO FEDERAL, 2014). A educação em artes visuais, nesse contexto, não poderá ser desvinculada do processo socioeducativo. O docente de artes visuais deverá ter perfil que atenda às especificidades desse contexto.

3.2 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Inaugurada no dia 20 de março de 2014, a fim de atender adolescentes que cumprem medida socioeducativa, a Unidade de Internação de Santa Maria busca atender às exigências do SINASE (BRASIL, 2006). Nesta perspectiva, em abril de 2014 foi dado início ao NUEN da UISM. As normas do SINASE preveem a separação dos adolescentes por faixas etárias, por gênero e tipo de ato infracional.

A Unidade de Santa Maria está localizada no Núcleo Rural Alagados e atende, adolescentes e jovens do sexo feminino e adolescentes e jovens do sexo masculino. O espaço tem mais de 6 mil m², dez módulos destinados ao alojamento dos internos, área de saúde, espaços para oficinas profissionalizantes, núcleo de ensino, área para visitantes, teatro de arena, sala de leitura, ginásio coberto, quadra poliesportiva descoberta, lavanderia e horta. Esta unidade é destinada a receber socioeducandos e sentenciados, que cumprem medida socioeducativa de internação e socioeducandas que devem cumprir medida de internação estrita e provisória. A unidade tem capacidade para atender cento e oitenta adolescentes e embora esteja localizada na Região Administrativa de Santa Maria, recebe adolescentes de todas as outras regiões administrativas.

O Núcleo de Ensino de Santa Maria / CED 310 da UISM atende todos (as) adolescentes da Unidade de Internação com o objetivo de promover a escolarização e a ressocialização desses sujeitos e está ligado a Coordenação Regional De Ensino de Santa Maria-DF. O diretor da NUEM é também é diretor do CED 310 De Santa Maria-DF e o NUEM da UISM conta com um supervisor, Secretária escolar, Coordenadora pedagógica e corpo de docente das diversas disciplinas do componente do curricular da educação básica. As aulas acontecem período da manhã de 09h às 11h30. e no período da tarde de 14h às 17h30, sendo que, devem ser ministradas cinco aulas em cada turno, sendo que cada aula tem duração de 30 minutos, atendendo as especificidades da Unidade de Internação que precisa gerir todo o aparato de segurança para o deslocamento dos adolescentes dos módulos até a escola.

As concepções Teóricas e Práticas Pedagógicas que balizam a proposta de prática pedagógica no NUEN da UISM tem fundamentação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 e a Lei da Gestão Democrática nº4.751/2012 (BRASIL, 2012), no Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, as Diretrizes de Avaliação Educacional (BRASÍLIA, 2014-2016) e nas Diretrizes Pedagógicas Escolarização da Socioeducação (BRASÍLIA, 2014). O Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural que destaca a “importância dos sujeitos na construção da história onde

os sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para produção e reprodução de sua vida e realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza” (Currículo, 2014,p. 32).

Nesta perspectiva, a atuação docente em artes visuais, na socioeducação, está em conformidade com as ideias de CASTRO (2017) que afirma que “todo ser humano pode forja-se e ser forjado como sujeito criador pelo contexto social, cultural e histórico”, pois o “ ato de criação em artes é um conjunto de ações do sujeito sobre o contexto” (p.92) .O professor de artes visuais ao se dispor a planejar e organizar as atividades necessárias, está reverberando a construção subjetiva que, se desenvolveu ao longo do seu processo formativo e que, transcende a força institucionalizadora que opera nos meios estatais, colocando em evidência o papel dessa disciplina, na ressignificação das subjetividades de adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas.

Considerando que o curso de Licenciatura em Artes Visuais deve ter um currículo para a atuação docente em espaços formais e não formais e abranger todas as diversidades de sujeitos que irão receber a ação docente, o estágio em artes visuais no NUEN da UISM buscou conhecer as práticas desenvolvidas pelos profissionais que ali atuam. De acordo Com PPP do NUEM da UISM o docente que atua nesse contexto precisa ser mediador e facilitador que constrói bases sustentação ao socioeducando para que estes descubram novas possibilidades no processo de ressocialização.

Iniciei a minha jornada para fazer o Estágio 2 (disciplina) NUEM da UISM realizando todos os tramites burocráticos. Esses primeiros passos nos foram ensinados na universidade, a fim de manter o respeito ao docente , pois embora Secretaria de Educação tenha convênio com a Universidade de Brasília para receber os estagiários, o respeito ao professor regente deve ser primordial. Nessa conversa inicial com a professora supervisora na escola, ela falou sobre as dificuldades que enfrenta para conseguir seguir o currículo, como as faltas dos socioeducandos, confusões entre os mesmos, falta de espaço para guardar os materiais, horário reduzido de aulas etc. Segundo a professora, esses empecilhos

acabam desanimando-a, mas ela busca forças para continuar seu trabalho na socioeducação.

A professora relatou que estava tentando incluir, nas aulas, algumas questões da transversalidade, como a questão da cidadania. Conversamos sobre a possibilidade de desenvolver um trabalho de escultura com argila com os alunos do 8º e 9º ano, mas ela me informou que não haveria lugar para guardar o material, o que inviabilizaria essa atividade. Resolvi acompanhá-la nas atividades que já estavam sendo desenvolvidas.

A Professora havia me informado que haveria um sarau com músicas e poesia no primeiro dia do meu estágio. O Sarau começou por volta das 14h30 e todos professores presentes no dia participaram. Houve a apresentação de rap com um ex-interno que contou a sua história e falou sobre o fato de ter dado continuidade ao projeto de rap após sair da internação.

Os adolescentes foram tirados dos módulos para participarem do evento e nesse dia, não houve aulas expositivas. Além da apresentação do egresso, houve a apresentação de literatura de cordel/ repente com o Sr. Donzillo Luz de Oliveira repentista, do Professor Neel que faz uma pesquisa de mestrado no NUEM, de um adolescente da M1 e de algumas adolescentes do módulo das setenciadas.

Os adolescentes que se interessam participam da oficina de rap e podem apresentar seus números no sarau, que já estava na 15ª edição e acontece uma vez por mês. O professor de história foi quem desenvolveu o projeto de rap (esse projeto ganhou o prêmio ITAÚ- UNICEF). Importante salientar que, segundo a BNCC (BRASIL, 2018), a produção artística deve ser problematizada nas suas diversas categorias, portanto o repente e o rap se enquadram nessas categoria diversificadas que podem gerar signos construtivos na ressocialização dos adolescentes.

Pensando nessa problematização, a NUEM em parceria com a direção da Unidade se esforça para que a UISM tenha vivência em atividades artísticas e culturais que contemplem a formação dos adolescentes em suas diversidades.

No segundo dia do estágio, pela manhã não houve aula, por falta de efetivo de agentes socioeducativos, para o deslocamento dos adolescentes. Compareci

no período da tarde e houve aula na turma “C”, 8º ano, (M2). Os socioeducandos foram incentivados a fazer textos e desenhos para o festival de música que iria acontecer em junho/2019. O tema do festival seria “Socializando Sonhos”. Foram distribuídos lápis, papel e lápis de cor para que os adolescentes pudessem desenhar da forma que eles quisessem. O melhor desenho seria o logotipo do festival de música e seria estampado nas camisetas e o socioeducando vencedor ganharia uma camiseta e um boné.

Com esta proposta o docente desenvolve processos criativos em artes visuais, tornando essa ação de ensinar um processo coletivo que envolve todos os adolescentes em um objetivo comum.

A professora, que me supervisionava na escola, tinha um caderno de controle onde anota os nomes dos alunos que estão presentes nas aulas e o módulo deles, não se valendo somente do caderno de chamadas da escola. As turmas que participariam da aula seria do M 2 e M 9, porém só compareceram os adolescentes da M2 , pois houve uma chuva forte e não foi possível a condução dos adolescentes da M9, sendo um total de 16 alunos em sala de aula.

Fui informada pela professora que teríamos que fazer as lembrancinhas para a comemoração do dia das mães. Cabe salientar que, ainda há a concepção de que os professores de artes visuais são os que enfeitam a escola e fazem lembrancinhas , o que veladamente oculta a desvalorização do ensino das artes visuais e do professor de artes visuais.

A professora me explicou que os materiais deveriam sempre ser contados: lápis, borrachas, lápis de cores e apontadores, estes deveriam ter uma atenção especial, pois os adolescentes poderiam levá-los para os módulos e usá-los os para fabricação de armas artesanais.

Ainda que eu tenha trabalhado como auxiliar socioeducativa, a experiência na sala de aula, como docente, é cercada de cuidados que, eventualmente, sobrecarregam o professor, que muitas vezes é responsabilizado por atitudes negativas dos adolescentes. Possivelmente, esses são os fatos que desanimam a professora.

A segunda turma que visitamos eram composta por alunos do 6º e 7º anos / M2. Somente quatro adolescentes dessas turmas foram deslocados para a escola. A professora explicou sobre o projeto “ Socializando sonhos” e foram distribuídos papel e lápis de cor para que eles pudessem desenhar.

No dia 08/05/2019, fui no período da tarde; minha supervisora estava no anfiteatro, onde haveria a comemoração do dia das mães. As mães já estavam no local aguardando o início da programação. Houve a apresentação da Banda de música dos Fuzileiros Navais, apresentação do grupo de dança com algumas professoras e a apresentação do premiado artista brasileiro Marcelo Café. Quando os adolescentes vêem suas mães, ou qualquer dos seus responsáveis legais, o afeto, a saudade é muito aparente, e naquele momento que pareceu que haveria uma razão para ressocializá-los.



Fig.1



Fig.2

Essas medições simbólicas podem de alguma forma ajudá-los nas dificuldades que os conduziram ao sistema socioeducativo. Esses espaços de cultura podem suprir as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes que devem prestar conta a sociedade pelos seus atos infracionais.

Em 10/05/2019, período da manhã, não houve o 1º horário, pois ocorreu um conflito entre dois adolescentes. Os conflitos sempre acontecem em qualquer comunidade escolar, no entanto, no sistema socioeducativo esses conflitos podem tomar proporções maiores, chegando inclusive em morte, devendo ser contido imediatamente. Após a resolução do conflito, tomadas todas as medidas de segurança, foi possível prosseguir com as aulas no segundo horário, que foi direcionada para as meninas do 6º ano. Nesta turma haviam quatro meninas; uma delas era travestir (irei chamá-la de Estela). Fiquei feliz em saber que Estela podia ficar no módulo feminino, pois a questão de gênero é uma questão delicada no sistema socioeducativo, pois há entre os socioeducandos grande falta de informação em relação

A professora supervisora põe música no celular e as meninas podiam escolher algumas músicas. Pensei nas barreiras que precisam ser impostas aos

adolescentes do sistema, pois ainda que as tecnologias, na contemporaneidade, sejam essenciais para o processo de ensino, os adolescentes são privados delas enquanto estão cumprindo medida. Desta forma, os recursos que podem ser utilizados no ensino das artes visuais, no sistema socioeducativo, ficam limitados, mas a professora constrói os pequenos “nadas”, aos quais se refere Costa (2004) no processo de ensino/ aprendizagem.

As adolescentes pegaram os desenhos que havia feito, para servirem de inspiração, e colocaram a folha em cima para fazer cópia. Algumas alunas alegavam que não sabiam desenhar. Estela optou em apenas copiar o desenho apenas olhando. Quando entrei em sala com a professora supervisora do meu estágio, uma adolescente disse que não faria nada, mas a professora a convenceu a desenhar e a aula seguiu tranquilamente. Ela é uma professora presente, consegue ter proximidade com os socioeducandos e manter sua autoridade. Estela fala o tempo todo que seu desenho está feio, mas a encorajamos a acreditar no seu desenho e ela prosseguiu na atividade.

Após essa turma, fomos para a sala onde estavam os adolescentes do 7º e 8º anos, a turma tinha cinco adolescentes e eles tinham algum diagnóstico psiquiátrico (TDH, deficit de atenção, neuroses.). Os adolescentes desta turma são bem agitados e não param de falar. Apresentamos os desenhos para servir de inspiração para os adolescentes, a fim de que participassem do concurso de desenho. Fiz alguns desenhos no quadro para que pudessem ter referências. Expliquei sobre o fato do desenho poder ser representado com traços simples e há signos que por si próprio trazem a representação de algo, como a clave que representa a música. Os adolescentes puderam perceber elementos do desenho como a linha e o movimento e a partir dessas ideias foram construindo os seus desenhos.

O adolescente “B” é divertido, mas não se empenha muito. “R” tentou fazer um desenho copiando de outro, o traço dele era suave e buscou fazer detalhes no desenho; a turma em geral é inquieta, mas engraçada. Achei o dia produtivo, aprendi a lidar em sala de aula com os socioeducandos. O ambiente é bem diferente e o relacionamento que o professor tem com o socioeducando é bem

diferente em relação ao relacionamento do auxiliar ou agente-socioeducativo com o adolescente cumprindo medida.

No dia 22/05/2019 fomos para um espaço reservado para oficinas , e neste dia estavam presentes os adolescentes da M3 e M4 e a professora supervisora e outra professora iriam orientar a oficina de pintura a fim de participarem da exposição de artes no dia do Festival de música.

Os alunos foram orientados a continuar a pintando o que haviam começado no dia anterior, tendo como materiais: papel sulfite, giz de cera, tinta guache, palito de picole ou lápis, para fazer os desenhos feito com giz de cera e tinta guache preta (pintura mágica). No segundo momento fizeram pinturas abstratas.

Apesar de não haver muitas opções de materiais, as aulas de artes visuais contavam com a criatividade da professora supervisora, que buscava materiais alternativos aos que não poderiam ser utilizados pelos socioeducandos. Neste dia as oficinas foram direcionadas aos adolescentes do 6º e 8º ano e ensino médio .

No dia 04/6/2019, recebemos a turma B do 6º ano (M5). Havia apenas quatro adolescentes na turma e após esse grupo, recebemos os 6º e 7º anos(adolescentes sentenciadas). Como havia a preparação para a exposição, as adolescentes receberam desenhos para pintar ,caça palavras.

A montagem da exposição foi importante para perceber quais os materiais poderiam ser usados, a fim de evitar que esses materiais virassem artefatos perigosos para os adolescentes. A dinâmica para os socioeducandos participarem da exposição era bem articulada, no intuito de evitar que adolescentes que têm alguma rixa com outro se encontrassem. Todos esses cuidados garantem a segurança dos adolescentes e dos profissionais que ali atuam.

A EXPOSIÇÃO

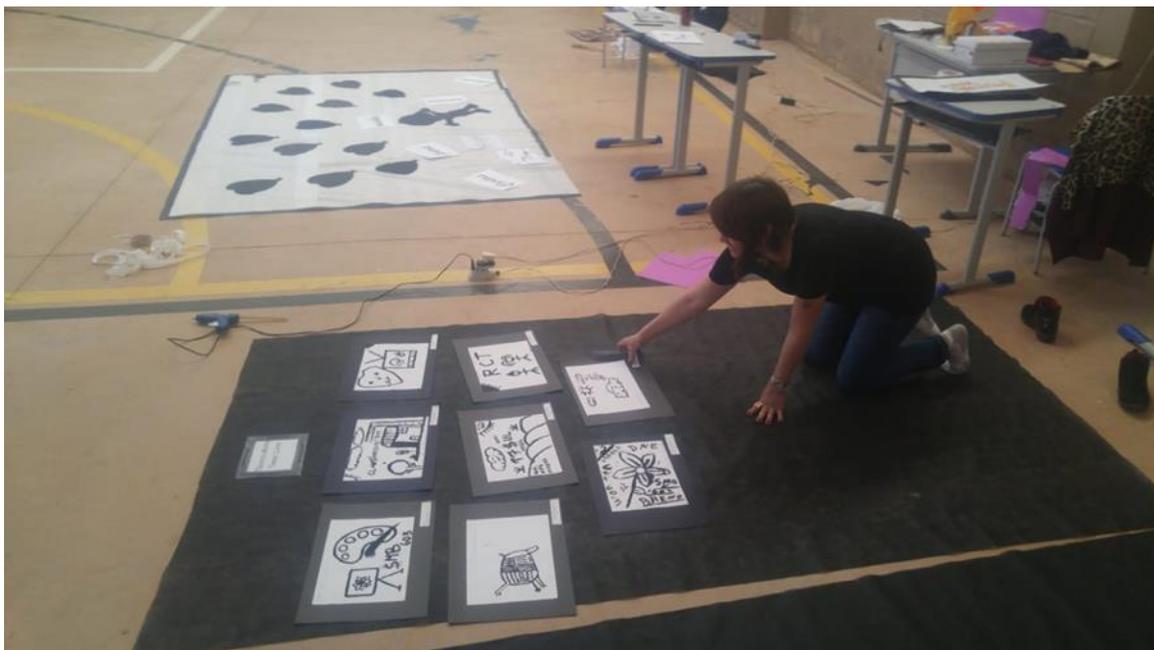
Montagem da exposição no ginásio da UISM (Fig.3)



Montagem da exposição no ginásio da UISM (Fig.4)



Montagem da exposição no ginásio da UISM (Fig.5)



(Fig.6)



(Fig.7)



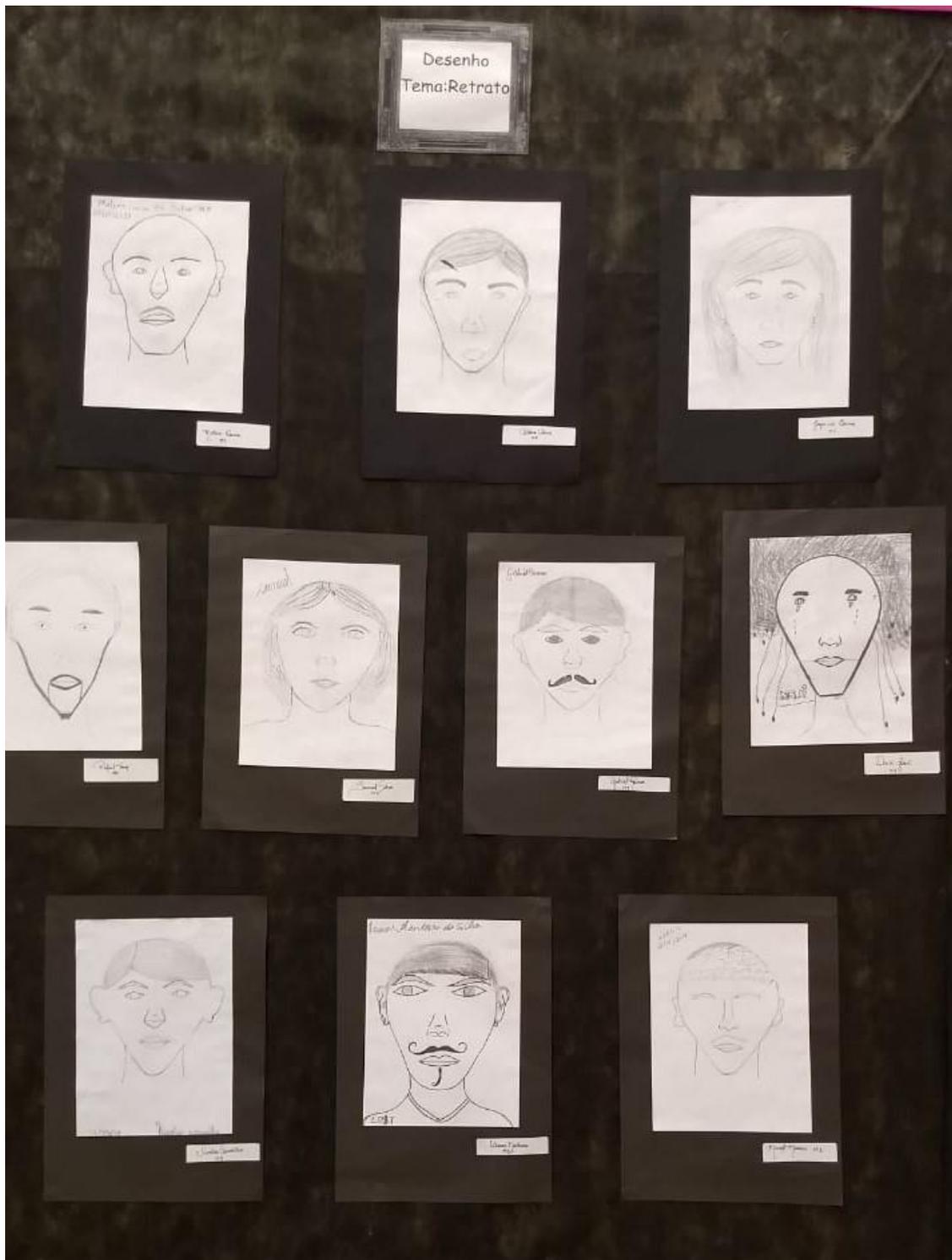
(Fig.9)



Pintura abstrata (Fig. 10)



(Fig .11)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de mediação estética que acontecem durante a formação docente em artes visuais se desdobram na percepção de reconhecimento do outro como ser histórico, e dessa forma, é notável que, buscando a produção de visualidades com adolescentes da socioeducação, o docente é transformado por sua prática, pois é confrontado com sua própria historicidade através da sua formação, em consonância com Freire (1996) que afirma “que a condição humana fundante da educação é precisamente a inconclusão de nosso ser histórico de que nos tornamos conscientes”(p.143).

Assim, ao longo desse trabalho foi percebido que o docente em artes visuais modifica o meio que trabalha quando se percebe criador, mediador de visualidades e consegue perceber a constituição do sujeito como consequência do meio social e cultural.

Novas apropriações formativas permitem que o profissional em artes visuais compreenda que a contemporaneidade trouxe demandas que não poderão ser respondidas com velhas práticas, que não compreendem o sujeito em constante processo de transformação.

A formação que se espera em artes visuais transgride os espaços formais para dar voz a contextos e grupos marginalizados para além do que é demandado pela lei. Os referenciais teóricos que são transmitidos na formação precisam atender suas reivindicações políticas e sociais que permitirão que os socioeducandos vivam experiências positivas e superem a falta de signos constitutivos de suas subjetividades.

A experiência de estágio no NUEM da UISM me permitiu perceber que, embora algumas disciplinas da graduação abordem o ensino das artes visuais em diversos espaços, há ainda lacunas que precisam ser preenchidas na formação profissional do Licenciado em Artes visuais. Possivelmente, seria necessário avaliar a obrigatoriedade do estágio em áreas como o sistema

socioeducativo, para que de fato, essas experiências possam contribuir na construção de um currículo que contemplem a atuação docente em artes Visuais nesses sistemas.

Embora atuando há tantos anos como auxiliar socioeducativa de adolescentes que cumprem medidas, o estágio me proporcionou perceber o quanto os professores de artes visuais que atuam em Núcleos de Ensino nas Unidades de Internação têm uma carga de responsabilidade extremamente alta no processo de ressocializaçã desses sujeitos e precisam de formação que façam frente às demandas exigidas nesses ambientes .

REFERÊNCIAS

BARBOSA , Ana Mae .Arte -Educação: Leitura de subsolo/ Ana Mae Tavares Barbosa (org.)- 6.ed.-São Paulo: Cortez,2005.

BRASIL, Constituição (1988), C Título VIII Da Ordem Social Capítulo VII Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso Art. 227 E 2282. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm consultado em 15/10/2019

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 7ª ed. – Brasília: Câmara dos deputados, edições Câmara, 2010.

BRASIL, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Secretaria Especial de Direitos Humanos, CONANDA, 2006.

BRASÍLIA ,Projeto político pedagógico das medidas socioeducativas do Distrito Federal – Internação. Secretaria da Criança, 2013.

BRASÍLIA ,Diretrizes Pedagógicas – Escolarização na Socioeducação.: Secretaria de Estado da Educação, 2014.

BRASÍLIA,Leinº.9394,de 20 de dezembro de1996.Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -Senado, 1996

CASTRO, Rosana Andréa Costa de. Perfil esperado para o professor de Artes Visuais: perspectivas de especialistas em ensino da arte e de projetos pedagógicos de cursos de graduação. 2017. xvi, 191 f., il. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

COSTA, A. C. G. Parâmetros para formação do socioeducador: uma proposta inicial para reflexão e debate. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006

CÓRDOVA, Rogério de Andrade. Instituição , educação e autonomia: na obra de Cornelius Castoriadis/ Rogério de Andrade Córdova . Brasília: Plano Editora, 2004.

CONANDA. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – Brasília: CONANDA, 2006.

CYNTHIA BISINOTO, LAYANE SILVA RODRIGUES (org.).SOCIOEDUCAÇÃO: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes -Curitiba; CRV ,2018

ELIA, Luciano O conceito de sujeito / Luciano Elia. —3.ed. —Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011(Psicanálise passo-a-passo).

MOTTA, Flavio Lichtenfels. Desenho e emancipação. Flavio Lichtenfels Motta *Monólito*, São Paulo, , 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa/Paulo Freire .-São Paulo: Paz e Terra ,1996(Coleção leitura).

FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

LIBÂNEO, José Carlos . Didática/ José Carlos Libâneo. São Paulo: Cortez, 1994.- (Coleção Magistério. 2º grau. Série formação de professor).

NASCIMENTO, Rodrigo vieira .Trabalho de Conclusão de curso de Graduação em Artes Plásticas. UnB/2018

PAULO C. DUARTE PAES, SANDRA MARIA FRANCISCO DE AMORIM, organizadores. Formação continuada de socioeducadores — Campo Grande, MS : Programa Escola de Conselhos, 2008. 131 p. ; 28 cm.

PAES, Paulo Cesar Duarte. Arte educação para adolescentes em privação de liberdade, avaliação crítica de uma experiência/ Paulo César Duarte Paes- Campo Grande- MS: (s.n.)1999.

RIZZINI, IRENE. institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafio do presente / Irene Rizzini , Irma Rizzini- Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio : São Paulo : Loyola,2004.

SANTA MARIA ,Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional 310 – Santa Maria. Brasília: Secretaria de Estado da Educação, 2012.

SANTOS, Marco Antônio Cabral do. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) História das Crianças no Brasil. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VIGOTSKIL.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes,1984.

VOLPI, Mário(org.) O adolescente e o ato infracional. São Paulo, Cortez, 1997

<https://www.facebook.com/cipriano.luckesi/posts/10208371279906128> CONSULTA EM 24/10/2019

[file:///C:/Users/marga/Downloads/POR%20UMA%20PEDAGOGIA%20DA%20PRESE NÇA.pdf](file:///C:/Users/marga/Downloads/POR%20UMA%20PEDAGOGIA%20DA%20PRESE%20NÇA.pdf) consulta em 25/10/2019

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por 15/10/2019

<http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/pppuiismcresantamaria.pdf> consulta 19/12/2019